COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 5.758, DE 2016

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar até 8 de janeiro de 2022 a não incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

Autor: Deputado WALTER ALVES

Relator: Deputado LUCIO MOSQUINI

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Walter Alves que objetiva prorrogar, até 8 de janeiro de 2022, o benefício da não incidência do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

A prorrogação se dá pela alteração do art. 11 da Lei nº 11.842, de 31 de maio de 2007, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. O prazo previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, fica prorrogado até 8 de janeiro de 2022, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre.” (NR)

O AFRMM incide sobre o frete das empresas de navegação que operam em porto brasileiro, atingindo a navegação de longo curso, de cabotagem, fluvial e lacustre. Suas alíquotas podem chegar a 40%, quando a

operação de navegação fluvial e lacustre envolver o transporte de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste.

O autor apresenta fartos argumentos sobre a relevância da medida para o desenvolvimento regional do Norte e Nordeste do País, demonstrando preocupação sobre os impactos decorrentes de eventual interrupção do benefício.

O projeto foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD). Na Comissão de Viação e Transportes (CVT), foi aprovado por unanimidade, com base no parecer do nobre Deputado Edinho Bez, relator da matéria.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD). No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL 5758/2016 nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.758, de 2016, altera o art. 11 da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar até 8 de janeiro de 2022 a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

O dispositivo que concedeu inicialmente o benefício data de 8 de janeiro de 1997, e, como bem demonstrado pelo autor do PL 5.758/2016, teve seu prazo sistematicamente prorrogado desde então (Lei nº 11.482/07; Lei nº 12.507/11). Essa prática reconhece a efetividade da isenção para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, cujo tratamento diferenciado, neste caso, encontra respaldo no art. 151 da Constituição Federal, pelo qual se

admite a concessão de incentivos fiscais para promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

O objetivo de garantir o desenvolvimento nacional – pilar da Constituição Federal e atribuição precípua desta Comissão – está, portanto, plenamente configurado na proposta colocada em exame.

A importância do benefício é tal que levou o Poder Executivo a editar, em 22 de dezembro de 2016, a Medida Provisória nº 762, pela qual se prorrogou a isenção até 8 de janeiro de 2019¹. Embora a Medida tenha sanado, por ora, o risco de interrupção do benefício, considera-se salutar a extensão do prazo nos termos previstos pelo PL 5.758, de 2016, para que vigore até 2022.

Assim, no limite das atribuições desta Comissão, considero louvável a iniciativa do nobre Deputado Walter Alves, razão pela qual **voto pela aprovação do PL 5.758, de 2016.**

Sala da Comissão, em   de   de 2017.

Deputado LUCIO MOSQUINI
Relator

2016-19555

---

¹ Diário Oficial da União, Seção 1, p. 12-13, de 23 de dezembro de 2016.